

EDITORIAL

Desafio educacional

A Síntese dos Indicadores Sociais, elaborada pelo IBGE, ressalta que o Brasil tem a maior taxa de abandono do ensino fundamental e médio da América Latina. O maior foco desse problema está na faixa etária acima de 15 anos

O investimento em educação sempre deve estar em primeiro plano quando se debate a melhoria das condições de vida da população e o crescimento contínuo da economia brasileira nos próximos anos. Os resultados no setor educacional ainda estão longe do desejado e a obtenção de novas respostas constitui grande desafio para os governos federal e estadual que se instalarão a partir de 1º de janeiro.

A Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) do IBGE, referente a 2009, divulgada na última sexta-feira, traz uma análise baseada principalmente em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e destaca deficiências cruciais da educação. Uma delas é a de que o Brasil tem a maior taxa de abandono do ensino fundamental e médio da Améri-

ca Latina.

A taxa de evasão no ensino fundamental e médio nas escolas brasileiras é, respectivamente, de 3,2% e 10%. A Argentina, segundo lugar do continente nesse tipo de ocorrência, apresenta percentuais de 1,3% e 7%. O Uruguai apresenta a menor porcentagem de desistência de conclusão do ensino fundamental, com apenas 0,3%. No ensino médio, a menor evasão é registrada na Venezuela: 1%.

É evidente que cada país tem suas peculiaridades culturais, socioeconômicas, geográficas e outras. E elas se refletem no processo educacional (inclusive nos índices de evasão) e em diversas outras atividades. No Brasil, esse conjunto de circunstâncias tem redundado em evasão escolar mais intensa na faixa populacional de 15 anos ou mais (aproximada-

A proporção de jovens brasileiros de 18 a 24 anos que têm 11 anos de estudo é de apenas 37,9%, segundo o IBGE

mente 14 milhões de pessoas). A taxa atingiu 13,3% em 2009, conforme dados do Ministério da Educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecem que a evasão escolar fere os direitos dos cidadãos. Mas a questão está no tratamento das causas que levam estudantes a abandonar os livros. As mais frequentes, apontadas por pais e por ex-alunos em diversas pesquisas são: escola distante da residência, falta de

transporte escolar, não ter adulto que leve a criança à escola, ausência de interesse em continuar os estudos (em alguns casos por deficiências pedagógicas) e necessidade de trabalhar para garantir o sustento individual ou para ajudar no orçamento doméstico.

As metas de redução da evasão escolar, em todos os níveis de ensino, estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, por certo exigirão intervenções diferentes conforme as características das regiões brasileiras. A responsabilidade envolve a União, Estados e municípios.

A defasagem etária nos estudos é outro problema apontado pela Síntese de Indicadores Sociais. A proporção de jovens brasileiros de 18 a 24 anos que têm 11 anos de estudo é de apenas 37,9%. O dado significa escolaridade retardatária, já que a idade

correta para que o estudante complete a educação básica, somando 11 anos de frequência aos bancos escolares, é aos 17 anos.

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) de 2009 mostra bom índice no acesso ao ensino fundamental. Abrange 97,9% das crianças de 7 a 14 anos. No entanto, mais de 10% da população de 15 anos ou mais permanece iletrada. O percentual é elevado quando comparado ao de outros países da América do Sul, como Argentina, Uruguai e Chile, cujas taxas variam entre 2% e 4%.

Por esse conjunto de razões, espera-se que o governo que sucederá o de Lula amplie o investimento em educação, que hoje recebe o equivalente a 4,7% do PIB (Produto Interno Bruto). O mínimo recomendado internacionalmente é 6% do PIB.